

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**NOTA  
TÉCNICA | 25**

# **EVOLUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Adriano do Carmo Santos  
Coordenação de Economia do Setor Público e do Bem-Estar,  
Instituto Jones dos Santos Neves.

Vitória | 2011

# **Instituto Jones dos Santos Neves**

NT – 25

## **Coordenação Geral**

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

## **Diretoria de Estudos e Pesquisas**

Mirta Noemi Sataka Bugarin

## **Coordenação de Estudos Econômicos Economia do Setor Público e do Bem-Estar**

Magnus William de Castro

## **Assessoria de Relacionamento Institucional**

### **Editoração**

Lastênio João Scopel

Maria de Fátima Pessoti

### **Bibliotecária**

Andreza Ferreira Tovar

Instituto Jones dos Santos Neves  
Evolução do fluxo de caixa do Estado do Espírito Santo.  
Vitória, ES, 2011.

18f. il. tab. (Nota técnica, 25)

1.Fluxo de caixa. 2.Contas Públicas. 3.Espírito Santo(Estado).  
I.SANTOS, Adriano do Carmo. II.Título. III.Série.

# Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	05
<b>2. ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS</b> .....	05
<b>3. EVOLUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b> .....	06
3.1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÕES .....	07
3.2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS .....	09
3.3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO .....	12
3.4. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA .....	14
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	17
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	18

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Evolução anual da geração líquida de caixa e seu fluxos .....	16
<b>Tabela 2</b> – Evolução da geração líquida de caixa e seus fluxos por período político-administrativo .....	17

## LISTA DE FIGURAS

<b>Gráfico 1</b> – Evolução mensal do fluxo de caixa das atividades das operações (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	07
<b>Gráfico 2</b> – Evolução do fluxo de caixa das atividades das operações acumulado de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	08
<b>Gráfico 3</b> – Evolução mensal da receita corrente e da despesa corrente (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	08
<b>Gráfico 4</b> – Evolução da receita corrente e da despesa corrente acumulada de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	09
<b>Gráfico 5</b> – Evolução mensal do fluxo de caixa das atividades de investimentos (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	10
<b>Gráfico 6</b> – Evolução do fluxo de caixa das atividades de investimentos acumulado de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	10
<b>Gráfico 7</b> – Evolução mensal da receita e despesa atreladas ao investimento (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	11
<b>Gráfico 8</b> – Evolução da receita e despesa atreladas ao investimento acumulada de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	11
<b>Gráfico 9</b> – Evolução mensal do fluxo de caixa das atividades de financiamento (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	12
<b>Gráfico 10</b> – Evolução do fluxo de caixa das atividades de financiamento acumulado de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	13
<b>Gráfico 11</b> – Evolução mensal das operações de crédito e amortização da dívida (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	13
<b>Gráfico 12</b> – Evolução das operações de crédito e amortização da dívida acumulada de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011) .....	14
<b>Gráfico 13</b> – Evolução mensal da geração líquida de caixa (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011).....	15
<b>Gráfico 14</b> – Evolução anual da geração líquida de caixa (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011).....	15

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar a evolução do fluxo de caixa do Estado do Espírito Santo. Dado que esse tipo de demonstração ainda não foi implantado no setor público brasileiro, seu cálculo seguiu a estrutura presente no Manual da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a metodologia adotada por Bugarin e Santos (2011), que calcularam o fluxo de caixa estadual a partir dos dados do Balancete estadual.

O estudo apresentará a evolução dos saldos mensais do caixa estadual. A soma desses fluxos não é igual aos recursos existentes no caixa do Estado, uma vez que ao longo do período analisado, grande parte dos saldos gerados foi utilizada para cobrir a insuficiência de caixa que existia até 2002 (AEQUUS, 2010).

O trabalho conta com três seções além desta. Na segunda são apresentados os conceitos e a metodologia necessária ao entendimento do cálculo do fluxo de caixa. Na terceira seção é analisada a evolução do fluxo de caixa e seus componentes. A última seção aponta algumas considerações a partir da análise desenvolvida.

## 2. ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

A Demonstração do Fluxo de Caixa é um instrumento que possibilita o planejamento e controle dos recursos financeiros, proporcionando uma visão clara dos ingressos e desembolsos.

De acordo com o Manual de contabilidade aplicada ao setor público da STN, “a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: (a) das operações; (b) dos investimentos; e (c) dos financiamentos”.

Como a Demonstração do Fluxo de Caixa ainda não foi implantada no setor público brasileiro, seus componentes foram calculados a partir dos dados de receita e despesa paga computados no Balancete pela Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (BUGARIN & SANTOS, 2011).

As contas que compõe o Fluxo de Caixa são as mesmas que estão elencadas no plano de contas do Balancete, porém com separações definidas pelas atividades às quais se prestarão os ingressos e desembolsos de recursos. As atividades de operações confrontam basicamente a receita corrente com a despesa corrente. As atividades de financiamento comparam a receita auferida pela geração de dívidas (operações de crédito) com a despesa de amortização da mesma. As atividades de investimentos confrontam os gastos com aquisição de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos (investimentos mais inversões financeiras) com os recursos provenientes da venda de ativos (alienação de bens) e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos (BRASIL, 2010b).

Antes de agrupar os dados no Fluxo de Caixa, foram feitos ajustes com o objetivo de uniformizar as informações do Balancete, que apresenta fortes oscilações em vários de seus componentes devido à observância do princípio da oportunidade.

O princípio da oportunidade estabelece que os registros contábeis devam ser feitos imediatamente e de forma integral, independentemente das causas que os originaram (BRASIL, 2010a, p. 8). Devido à tempestividade desse princípio, é comum encontrar no Balancete valores negativos para itens que, por sua natureza, deveriam ser positivos. O registro de valores negativos ocorre “quando são feitos estornos, deduções ou ajustes em valores acima do que foi realmente efetivado” (BRASIL, 2010c, p. 15).

Os números negativos que causavam as maiores distorções estavam relacionados às modificações ocorridas nas classificações contábeis. Para evitar variações acentuadas nos dados, a série histórica foi uniformizada respeitando as normas contábeis vigentes. Portanto, após os ajustes o mesmo item seria enquadrado em apenas uma classificação contábil ao longo do tempo. A título de exemplo, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) que era uma transferência corrente até maio de 2003, foi reclassificado como receita tributária.

A harmonização foi realizada nos itens que geravam maior distorção, quais sejam: IRRF, as receitas oriundas do petróleo (royalties e Fundo Especial do Petróleo - FEP), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e receitas e despesas intra-orçamentárias.

Após obter uma série homogênea do Fluxo de Caixa pelo método direto<sup>1</sup>, os dados mensais foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho de 2011, de modo que os dados mensais pudessem ser diretamente comparados.

### 3. EVOLUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A avaliação de cada fluxo deve ser feita com cuidado. No fluxo de caixa das operações, quanto maior o saldo positivo melhor, pois significa que está sendo gerada uma poupança no orçamento corrente que pode ser revertida em investimentos. Por outro lado, o fluxo de caixa dos investimentos pode ser avaliado positivamente sempre que for negativo. Nesse caso, estão sendo feitos investimentos além dos recursos oriundos de amortização de empréstimos, alienação de bens e transferências de capital, que são geralmente irregulares e de baixa magnitude.

No entanto, o aumento dos investimentos deve ser feito com responsabilidade, tendo como limite valores inferiores ao saldo positivo do fluxo de caixa das operações, uma vez que o saldo deste também cobre os resultados negativos das atividades de financiamento.

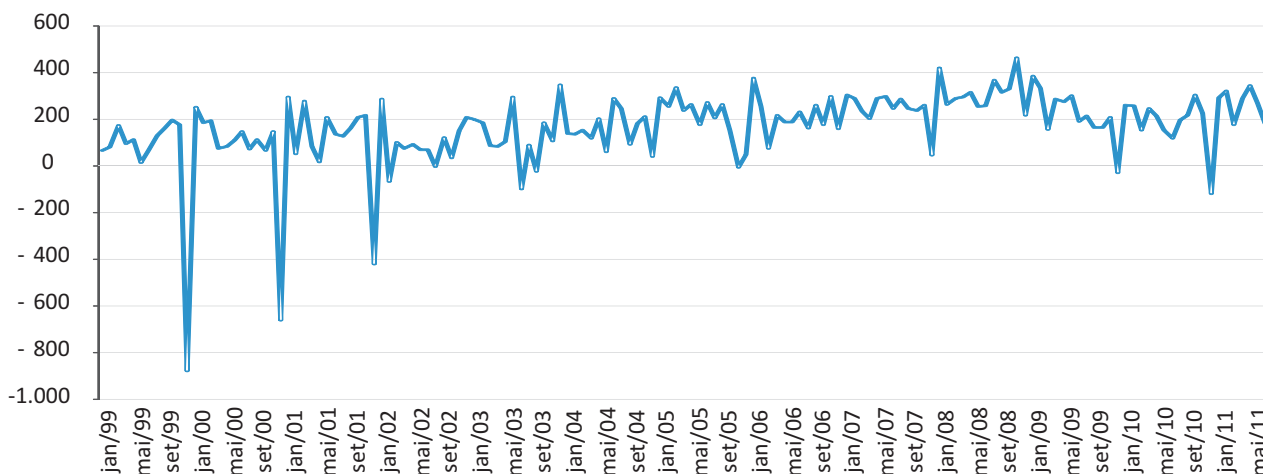
<sup>1</sup> O método direto diferencia-se do indireto apenas no cálculo do Fluxo de Caixa das atividades das operações. Pelo método direto o cálculo é feito confrontando receita corrente e despesa corrente. Pelo método indireto a apuração é realizada a partir do resultado patrimonial considerando os ajustes necessários (BRASIL, 2010b).

Quando o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresenta valores positivos, significa que o Estado está se endividando para obter receitas. Isso pode indicar uma boa situação se estes recursos forem utilizados para criar uma infra-estrutura que atenda as demandas sociais, desde que amparadas numa análise econômica de custo-benefício. Todavia, pode revelar uma situação perniciosa se as operações de crédito forem utilizadas para cobrir déficits orçamentários (OLIVEIRA e DIETZE, 2004). Já um resultado negativo nesse fluxo indicaria que o estoque da dívida está diminuindo, o que deve ser analisado segundo sua dinâmica intertemporal.

### 3.1 Fluxo de Caixa das Atividades de Operações (FCAO)

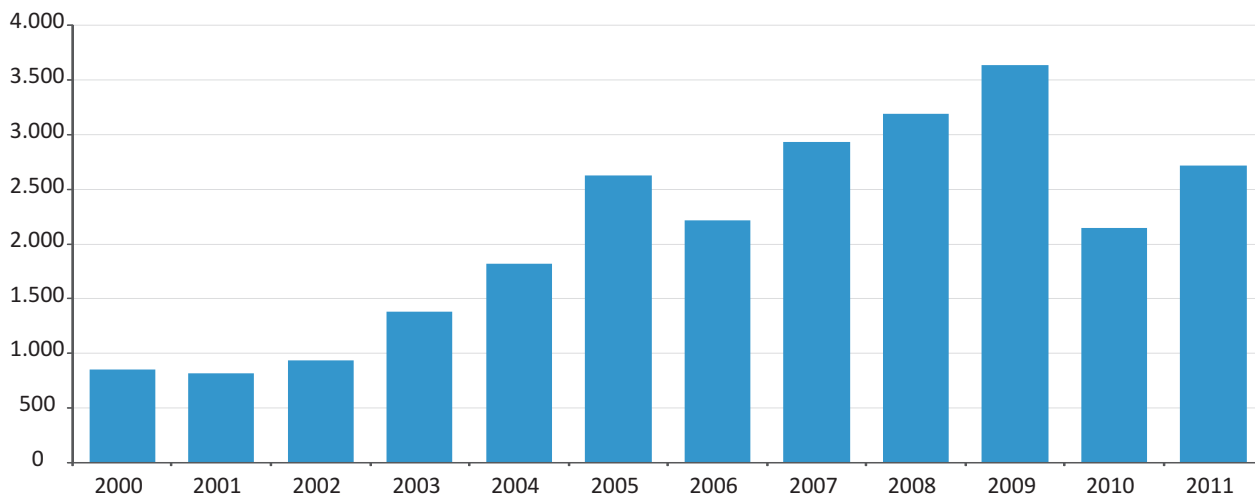
A trajetória do fluxo de atividade de operações não reflete a realidade no período 1999-2002. Nessa ocasião, os recursos acumulados em caixa resultaram de atrasos no pagamento de pessoal e fornecedores (AEQUUS, 2010). A partir de 2003, o acúmulo de reservas, através do orçamento corrente, cresce expressivamente oscilando em torno de 200 milhões (Gráfico 1 e 2). Na verdade, entre 2003 e 2010 as reservas oriundas do fluxo de caixa das operações tiveram um saldo mensal médio de R\$ 211,1 milhões. Em 2011, o saldo médio desse fluxo avançou para R\$ 269,2 milhões.

**Gráfico 1 - Evolução mensal do fluxo de caixa das atividades das operações (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

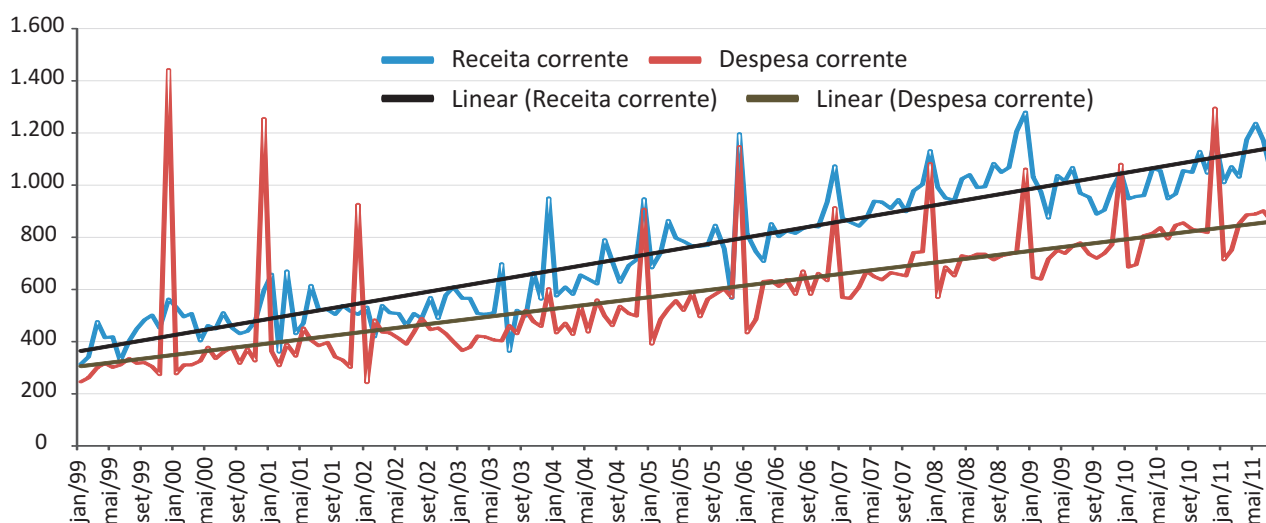
**Gráfico 2 -Evolução do fluxo de caixa das atividades das operações acumulado de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

Os gráficos 3 e 4 mostram que o resultado alcançado decorreu da ampliação da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, acentuada a partir de 2003. Logo, houve um aumento da poupança corrente estadual e um conseqüente avanço da capacidade de investimento.<sup>2</sup>

**Gráfico 3 -Evolução mensal da receita corrente e da despesa corrente (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**

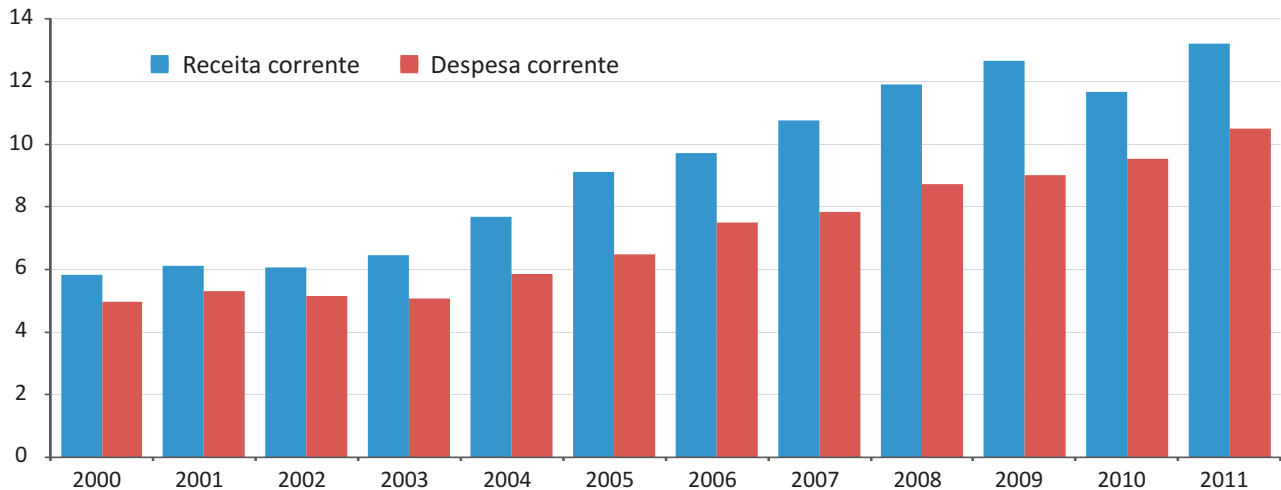


Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

<sup>2</sup> Capacidade de investimento = receita corrente – despesa corrente – amortização da dívida.



**Gráfico 4 - Evolução da receita corrente e da despesa corrente acumulada de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

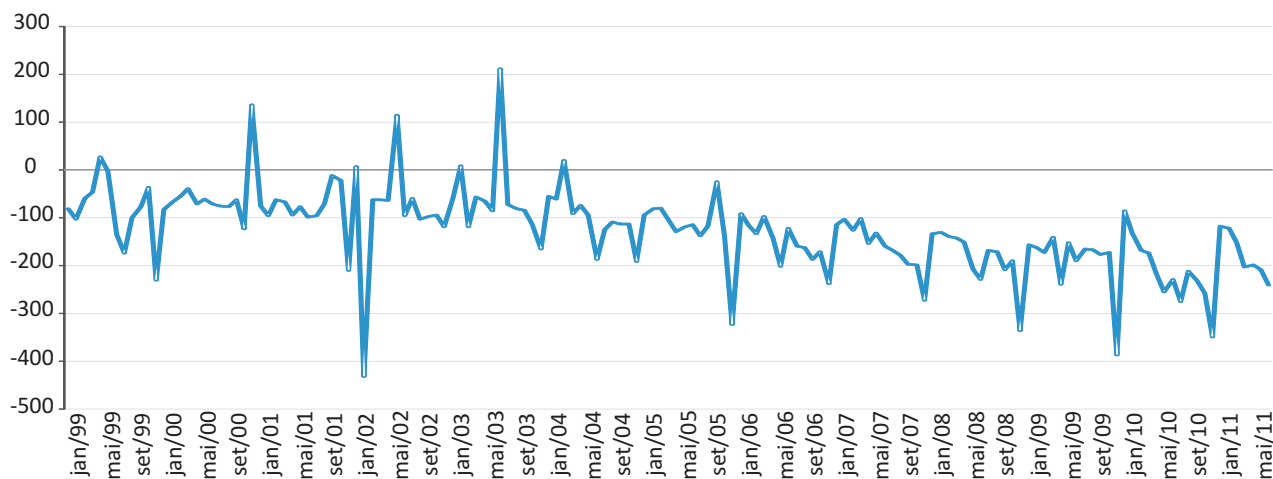
A magnitude dos saldos do fluxo de caixa das operações e de investimentos é influenciada pelos resultados do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), pois a receita do Fundap é computada nas atividades das operações e a despesa nas atividades de investimento.

### 3.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (FCAI)

Os investimentos e as inversões financeiras são, quase sempre, maiores que as receitas atreladas a elas. Ao longo do período, somente seis vezes os ingressos superaram os desembolsos. Os maiores saldos positivos ocorreram em dezembro de 2000, junho de 2002 e julho de 2003 (Gráficos 5, 6, 7 e 8). No primeiro caso, o alto valor da receita é oriundo da receita de concessão de portos registrada como outras receitas de capital<sup>3</sup>. Já em junho de 2002, o saldo positivo foi resultado de um estorno na despesa com o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). Esse valor não foi corrigido, pois seria necessário abrir outros documentos contábeis da SEFAZ-ES. Por fim, em julho de 2003, o resultado positivo deveu-se à receita da venda futura de royalties, registrada em alienação de bens.

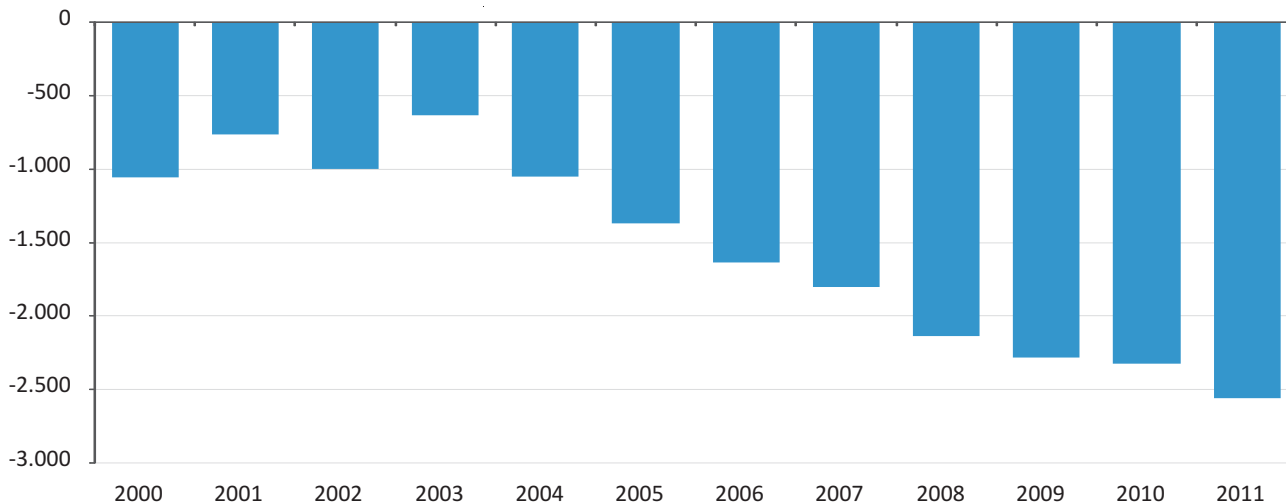
<sup>3</sup> As outras receitas de capital não estão incluídas nos ingressos de investimentos, segundo o Manual de contabilidade aplicada ao setor público. Entretanto, neste trabalho, elas foram nele incluídas de forma que o saldo do fluxo de caixa contemplasse todas as receitas e despesas.

**Gráfico 5 - Evolução mensal do fluxo de caixa das atividades de investimentos (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



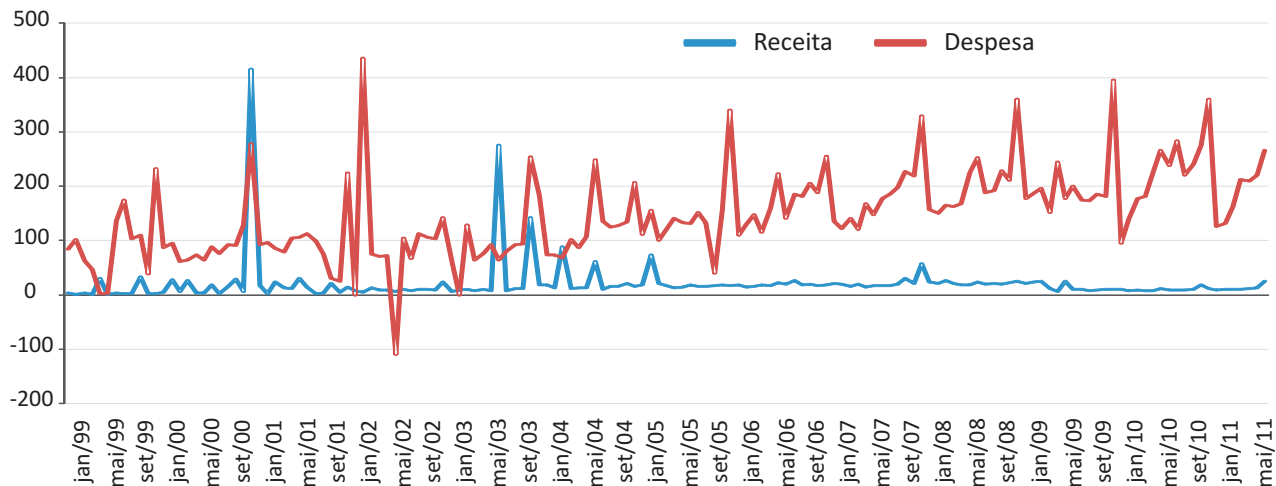
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

**Gráfico 6 - Evolução do fluxo de caixa das atividades de investimentos acumulado de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



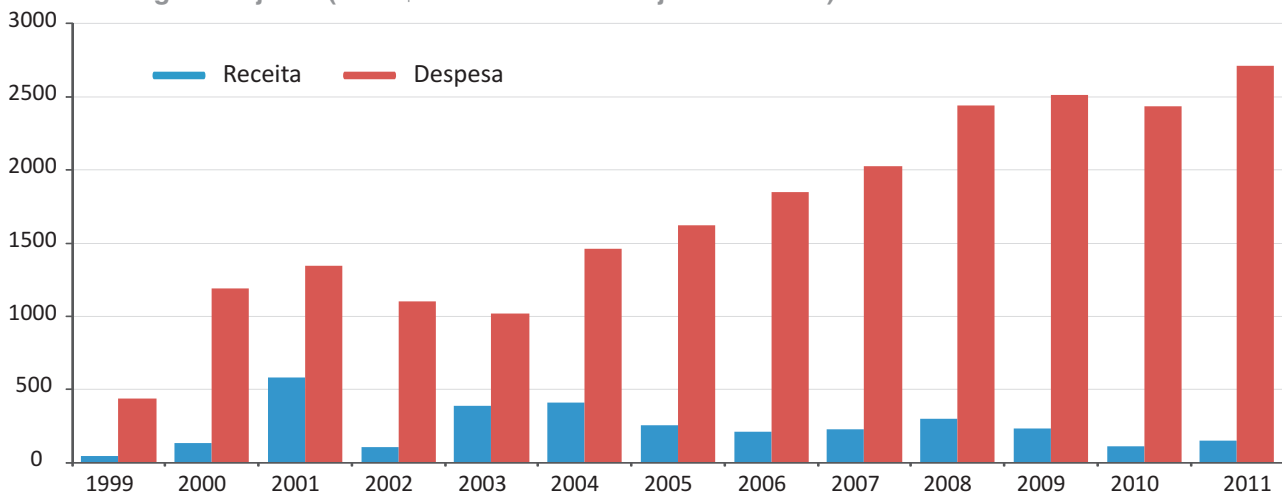
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

**Gráfico 7 - Evolução mensal da receita e despesa atreladas ao investimento (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

**Gráfico 8 - Evolução da receita e despesa atreladas ao investimento acumulada de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



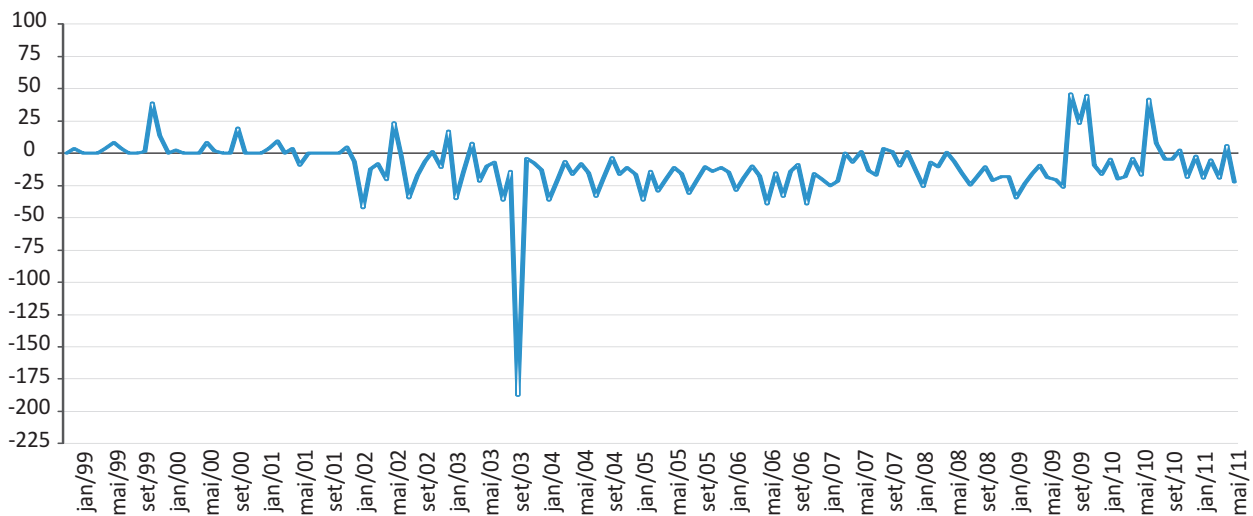
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

### 3.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento (FCAF)

Os gráficos 9, 10, 11 e 12 mostram que entre 1999 e 2001 o governo sequer amortizava suas dívidas, no entanto, continuava a realizar operações de crédito com frequência, gerando um saldo positivo no fluxo das atividades de financiamento. Ao longo de 2002 esse saldo exibiu certo equilíbrio. A partir de 2003, passou a ser habitualmente negativo, expressando uma maior preocupação em pagar a dívida do que obter receitas via endividamento.

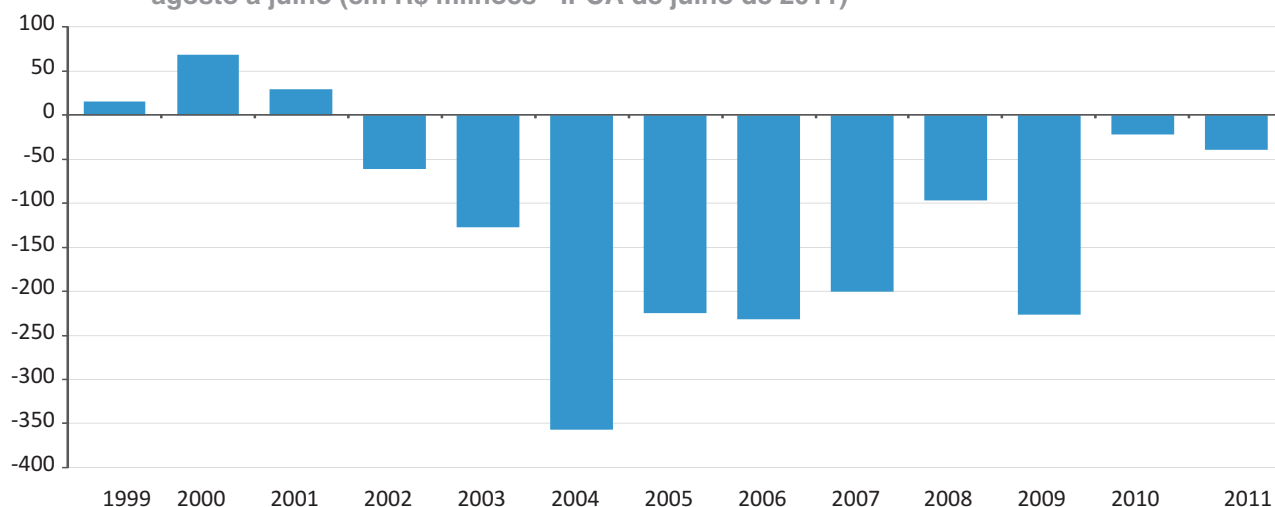
De maio de 2003 a abril de 2007, o governo fez poucas operações de crédito e com baixos valores. As operações de crédito só atingiram valores relevantes entre outubro e dezembro de 2009, e agosto e setembro de 2010.

**Gráfico 9 -Evolução mensal do fluxo de caixa das atividades de financiamento (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



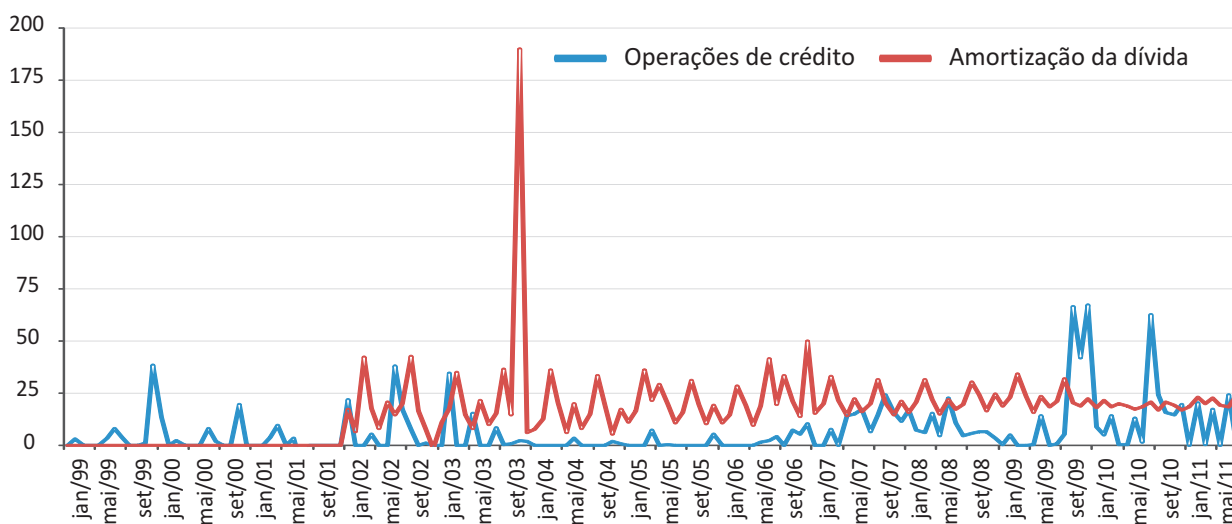
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

**Gráfico 10 - Evolução do fluxo de caixa das atividades de financiamento acumulado de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



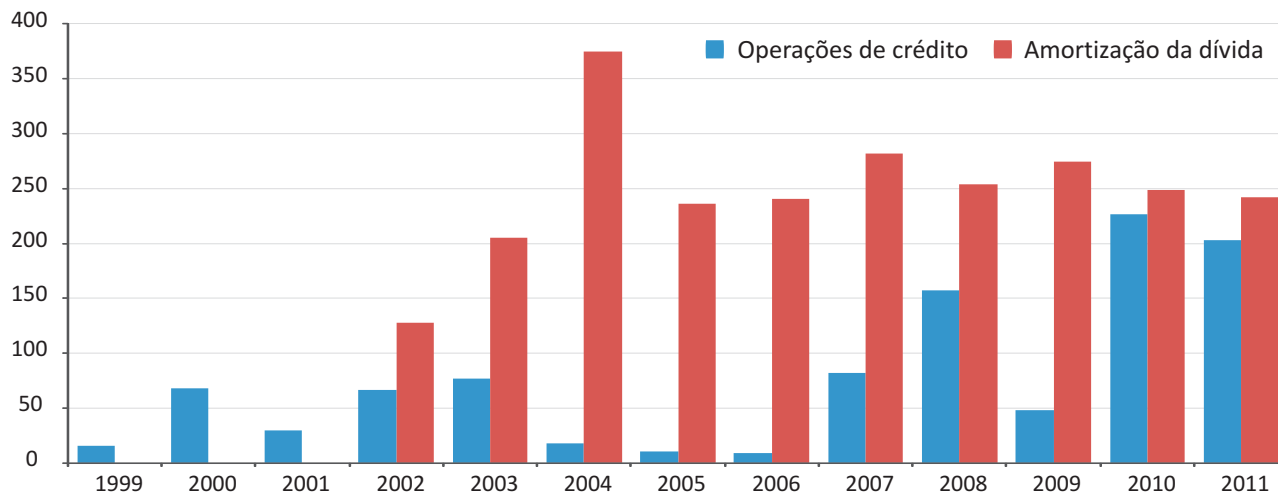
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

**Gráfico 11 - Evolução mensal das operações de crédito e amortização da dívida (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

**Gráfico 12 - Evolução das operações de crédito e amortização da dívida acumulada de agosto a julho (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**

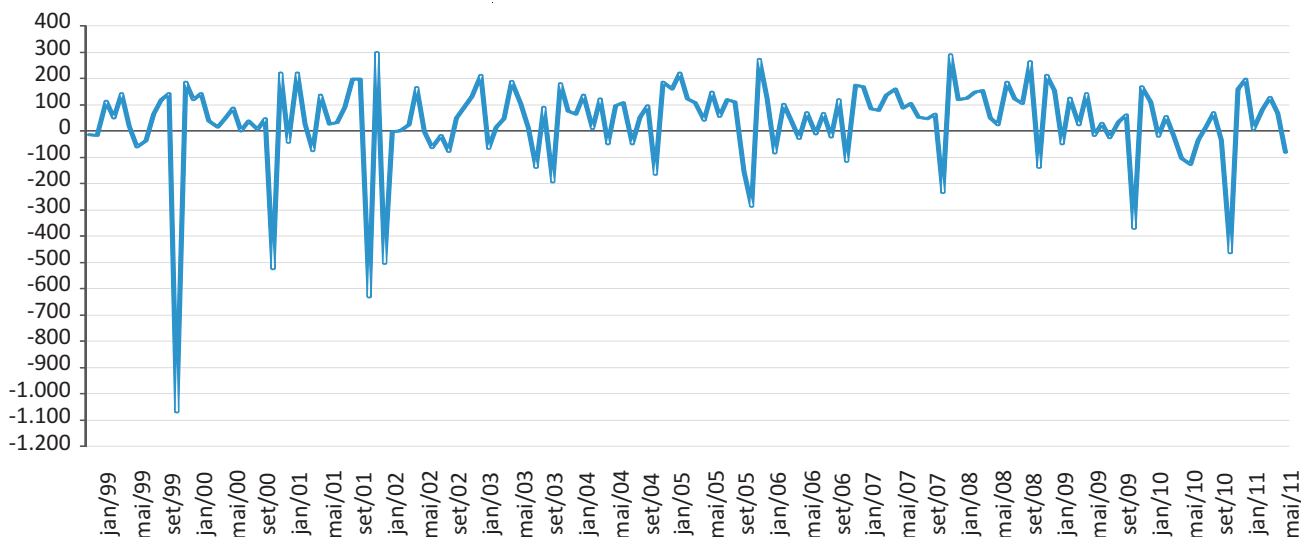


Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

### 3.4 Geração Líquida de Caixa

Observada mensalmente (Gráfico 13), a trajetória da geração líquida de caixa é bastante irregular, fato que pode ser atribuído aos fatores econômicos, institucionais e políticos que afetam a evolução da receita e da despesa.

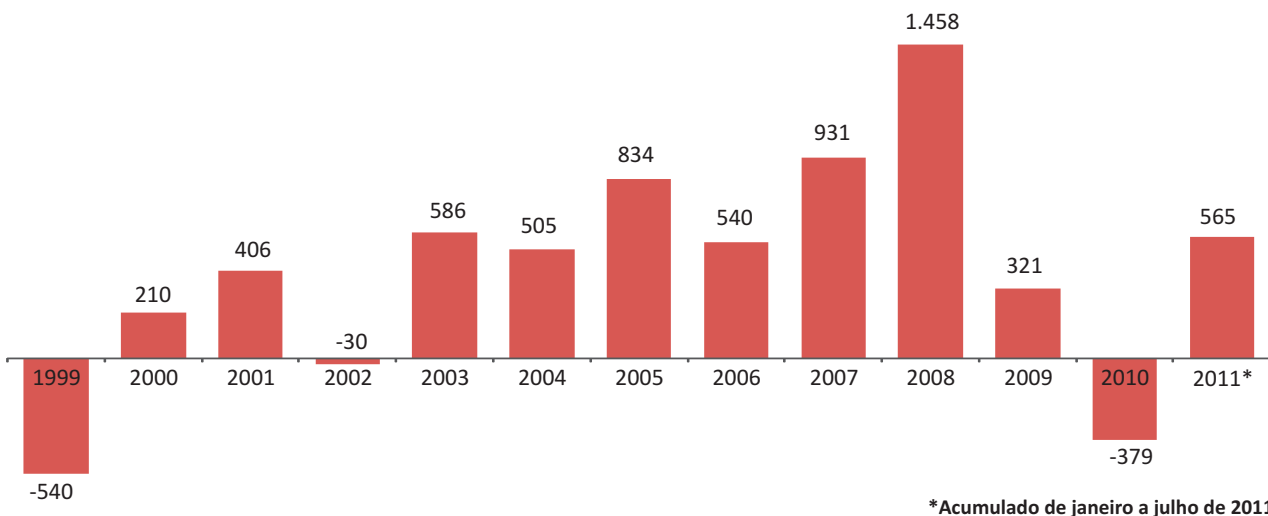
**Gráfico 13 - Evolução mensal da geração líquida de caixa (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

A geração líquida de caixa foi negativa apenas nos anos de 1999, 2002 e 2010, tendo um comportamento excepcional entre 2003 e 2008. Em 2009, a geração de caixa foi afetada tanto pela crise econômica como pela política anticíclica do governo via investimentos. Em 2010, o resultado negativo é explicado pelo enorme volume de investimentos. No acumulado de 2011, as reservas geradas alcançaram R\$ 565 milhões (Gráfico 14).

**Gráfico 14 - Evolução anual da geração líquida de caixa (em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011)**



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

A tabela 1 exibe os resultados das movimentações do caixa e seus equivalentes, nos fluxos das atividades de: operações, investimentos e financiamentos. Enquanto os fluxos das operações apresentam saldos positivos, os fluxos de investimentos são sempre negativos. Já as atividades de financiamento que eram positivas até 2001, se tornaram negativas a partir de 2002. Portanto, a geração líquida de caixa está diretamente relacionada ao desempenho do fluxo das atividades de operações.

**Tabela 1 - Evolução anual da geração líquida de caixa e seus fluxos**

Ano	Operações	Investimentos	Financiamento	Geração líquida de caixa
	FCAO	FCAI	FCAF	
<i>em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011</i>				
1999	409	-1.009	59	-540
2000	805	-641	46	210
2001	1.372	-974	8	406
2002	1.152	-1.061	-121	-30
2003	1.578	-674	-318	586
2004	1.889	-1.189	-195	505
2005	2.517	-1.454	-229	834
2006	2.606	-1.814	-251	540
2007	2.954	-1.898	-124	931
2008	3.807	-2.199	-150	1.458
2009	2.666	-2.274	-70	321
2010	2.247	-2.579	-47	-379
Acum. 2011	1.884	-1.237	-82	565

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

Separados por período político-administrativo os resultados exibem as dificuldades vividas no período 1999-2002, uma excelente fase nos dois períodos seguintes e um razoável acúmulo de reservas em 2011.



**Tabela 2 - Evolução da geração líquida de caixa e seus fluxos por período político-administrativo**

Recursos	1999-2002	2003-2006	2007-2010	Acumulado jan-jul de 2010	Acumulado jan-jul de 2011
	<i>Em R\$ milhões - IPCA de julho de 2011</i>				
<b>FCAO</b>	<b>3.738</b>	<b>8.590</b>	<b>11.674</b>	<b>1.415</b>	<b>1.884</b>
Receita corrente	23.470	34.754	47.955	6.903	7.749
Despesa corrente	19.731	26.164	36.281	5.488	5.865
<b>FCAI</b>	<b>-3.685</b>	<b>-5.131</b>	<b>-8.951</b>	<b>-1.257</b>	<b>-1.237</b>
Ingressos	926	1.304	828	65	91
Desembolsos	4.611	6.435	9.779	1.322	1.328
<b>FCAF</b>	<b>-7</b>	<b>-993</b>	<b>-391</b>	<b>-89</b>	<b>-82</b>
Operações de Crédito	206	116	625	44	65
Amortização da dívida	213	1.109	1.016	133	147
<b>Geração líquida de caixa</b>	<b>46</b>	<b>2.465</b>	<b>2.331</b>	<b>68</b>	<b>565</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ-ES.  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

De janeiro de 1999 a dezembro de 2002, houve uma geração líquida de caixa da ordem R\$ 46 milhões, enquanto o acumulado de janeiro de 2003 a dezembro de 2010 foi de R\$ 4,8 bilhões. De janeiro a julho de 2011, foram acumulados 8,3 vezes mais recursos do que no mesmo período do ano anterior. No entanto, esse valor pode se reduzir significativamente, pois as despesas do Estado são maiores no mês de dezembro.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma pequena geração líquida de caixa oriunda de débitos com servidores e fornecedores entre 1999 e 2002, o Estado passou para uma situação bastante favorável entre 2003 e 2010, período no qual os saldos positivos das atividades de operações foram suficientes para elevar os investimentos, amortizar a dívida e criar reservas.

Em que pese os bons resultados mostrados até julho de 2011, os gastos devem continuar sendo feito com cautela para que se mantenha o equilíbrio orçamentário, uma vez que quase 7/12 (sete doze avos) da despesa já foram executadas. Considerando que no mês de dezembro o dispêndio é muito superior aos verificados nos meses anteriores, a receita teria que manter um ritmo de crescimento acima da despesa para garantir o equilíbrio do fluxo de caixa no final do ano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEQUUS. *Finanças do Espírito Santo: do Plano Real à Crise de 2009*. Relatório final. Vitória-ES: IJSN, 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de contabilidade aplicada ao setor público: parte II – procedimentos contábeis patrimoniais*. 3ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2010a. 125 p. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteV\\_DCASP.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteV_DCASP.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de contabilidade aplicada ao setor público: parte V – demonstrações contábeis aplicadas ao Setor Público*. 3ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2010b. 67p. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteV\\_DCASP.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteV_DCASP.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de contabilidade aplicada ao setor público: volume de anexos*. 3ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2010c. 512p. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/MCASP\\_Volume\\_Anexo.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/MCASP_Volume_Anexo.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2010.

BUGARIN, M.N.S; SANTOS, A. *Análise estatística das variáveis fiscais do Espírito Santo: uma gestão estratégica mediante a criação de uma reserva técnica contingencial*. Vitória-ES: IJSN, 2011.

OLIVEIRA, J. T.; DIETZE, B. O. S. *Capacidade de investimento, fontes e usos de recursos do tesouro estadual – 1997/2003*. Espírito Santo: mar. 2006. Disponível em: <<http://www.sefaz.es.gov.br/publicacoes/inicio.asp>>. Acesso em: 26 fev. 2010.